

HABEAS CORPUS Nº 570.531 - PA (2020/0079595-6)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : ANDREZA PEREIRA DE LIMA
ADVOGADO : ANDREZA PEREIRA DE LIMA ALONSO - PA021391
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PACIENTE : VANDERSON COSTA DOS PASSOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de VANDERSON COSTA DOS PASSOS apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Apelação n. 0006435-21.2015.8.14.0059).

Consta dos autos que o Juízo de primeiro grau, ao apreciar o auto de prisão em flagrante do paciente pela suposta prática do delito de furto qualificado (art. 155, § 4º, IV, do Código Penal), concedeu ao agente a liberdade provisória (e-STJ fls. 9/11).

Finda a instrução criminal, o réu foi condenado à pena de 2 anos e 6 meses de reclusão (e-STJ fl. 22). Nessa oportunidade, foi decretada a prisão preventiva do acusado, sob a seguinte motivação (e-STJ fl. 23):

Quanto ao condenado VANDERSON COSTA DOS PASSOS, vislumbro que o mesmo cumpre pena no Sistema Penal, não sendo possível a substituição por pena restritiva de direito, devendo esta pena ser somada as demais, para cumprimento em conjunto. Portanto, nego a substituição por pena restritiva de direito, devendo cumprir a pena em regime SEMIABERTO, portanto, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA DO MESMO NESTE PROCESSO, por preencher os requisitos de pressupostos da prisão preventiva conforme artigo 312 do Código de Processo Penal. Expeça-se guia provisória de cumprimento de pena.

Irresignada, a defesa interpôs o recurso de apelação no Tribunal de origem, que negou provimento ao intento recursal em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 25):

FURTO QUALIFICADO. A PRELIMINAR DE NULIDADE DO PROCESSO EM RAZÃO DE TESES CONFLITANTES, DEVE SER REJEITADA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZOS. PENA ESCORREITA E PROPORCIONAL AO CASO EM CONCRETO. CONHECIMENTO

E IMPROVIMENTO. UNANIMIDADE.

No presente *writ*, a defesa alega carência de fundamentação idônea a amparar a prisão preventiva decretada em desfavor do paciente e a fixação do regime prisional inicial semiaberto.

Nessa linha, afirma que o agente permaneceu em liberdade durante toda a fase de instrução processual.

Assim, requer, liminarmente, "*a expedição do competente alvará de soltura, bem como a mudança do regime inicial para o cumprimento de pena, qual seja, o aberto, em relação a pena que foi aplicada ao paciente*" (e-STJ fl. 8).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, visualizo aparente ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência. Explico.

No presente caso, conforme relatado, a prisão preventiva foi decretada nos seguintes termos (e-STJ fl. 23):

Quanto ao condenado VANDERSON COSTA DOS PASSOS, vislumbro que o mesmo cumpre pena no Sistema Penal, não sendo possível a substituição por pena restritiva de direito, devendo esta pena ser somada as demais, para cumprimento em conjunto. Portanto, nega a substituição por pena restritiva de direito, devendo cumprir a pena em regime SEMIABERTO, portanto, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA DO MESMO NESTE PROCESSO, por preencher os requisitos de pressupostos da prisão preventiva conforme artigo 312 do Código de Processo Penal. Expeça-se guia provisória de cumprimento de pena.

Ora, considerando o excerto acima transcrito, verifico, ao menos nesta análise preliminar, que o Juízo sentenciante limitou-se a afirmar que o requisitos legais necessários para a decretação da prisão preventiva estariam preenchidos, sem nem sequer individualiza-los. Ou seja, a autoridade não apontou quais seriam os motivos que poderiam evidenciar a necessidade da custódia cautelar do paciente para o resguardo da ordem

Superior Tribunal de Justiça

pública ou da ordem econômica, para a conveniência da instrução processual ou para assegurar a aplicação da lei penal.

Dessa forma, em cognição horizontal e não exauriente, vislumbro ilegalidade no decreto prisional, porquanto desprovido de fundamentação concreta acerca dos elementos constantes do art. 312 do Código de Processo Penal. Ademais, cabe ressaltar que o paciente teve a liberdade provisória deferida em 19/5/2015, e a prisão ora objurgada somente foi imposta quando da prolação do édito condenatório na data de 4/10/2018, ou seja, após o transcurso de lapso superior a 3 anos.

Ante o exposto, **defiro o pedido de medida liminar para que o paciente possa aguardar em liberdade o julgamento definitivo do presente *habeas corpus***, se por outro motivo não estiver preso.

Comunique-se, com urgência, a Corte *a quo*, encaminhando-lhe o inteiro teor da presente decisão.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator